





CHIMARRÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 32.398.119/0001-50

ta de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto.

(i) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão.

(ii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato.

relatório. • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo converte-se em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Caixa, Bancos, Aplicações financeiras (a), and details of caixa and equivalentes.

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 84% a 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Receita de construção, Remuneração do ativo de contrato, Receita de O&M, Recebimentos, Total, Circulante, Não circulante.

Contra o de concessão de serviços: A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão.

ção. Ativo de contrato de concessão indenizável: Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica – o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora.

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Materiais e Serviços, Provisões (i).

(i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriação para passagens das linhas de transmissão e serviços em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais.

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Transações, Resultado, Banco, Citibank, Scotiabank, BNDES, Subcrédito B, BNDES, BNDES, Circulante, Não circulante.

Table with columns: Custo de Transação a Amortizar, Amortização de Juros, Amortização de Principal, Saldo em 31/12/2021. Rows include Banco, Citibank, Scotiabank, BNDES, BNDES, BNDES, Circulante, Não circulante.

Table with columns: Custo de Transação a Amortizar, Amortização de Juros, Amortização de Principal, Saldo em 31/12/2020. Rows include Banco, Citibank, Scotiabank, BNDES, BNDES, BNDES, Circulante, Não circulante.

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Movimentação de impostos diferidos, PIS diferido, COFINS diferido, Total.

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Movimentação de imposto de renda e contribuição diferido, Ativo/passivo, Prejuízo fiscal/Base negativa, Lucro diferido da construção, Receita de ativo financeiro/AVP, Adjuste CPC 47, Total não circulante.

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Detalhamento do não circulante, Ativo, Passivo, Total ativo/passivo diferidos.

Table with columns: Períodos, 31/12/2021. Rows include 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, Total.

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Total, Outras receitas (i), Receita operacional bruta, (-) PIS e COFINS, (-) Encargos setoriais (ii), Receita operacional líquida.

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Receita de operação e manutenção, Custo de operação e manutenção, Total Margem de O&M, Margem percebida (%).

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Receita de construção, Custo de construção, Total Margem de construção, Margem percebida (%).

14. Custos e despesas por natureza: Os custos representam os custos diretamente



CHIMARRÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 32.398.119/0001-50

ligados à construção da linha de transmissão de energia em dezembro de 2021:
31/12/2021 31/12/2020
Custo de construção (930.045) (1.060.718)
Custo de operação e manutenção (375) -

Receitas financeiras
Receita de aplicações financeiras
Despesas financeiras
Juros de empréstimos e financiamentos
IOF de empréstimos
Outras despesas financeiras
Resultado financeiro líquido

16. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

31/12/2021 31/12/2020
Imposto de renda Contribuição social Imposto de renda Contribuição social
Lucro societário antes do IRPJ e da CSLL
Ativo Financeiro realizado
Ativo de contrato CPC 47
Total Base de cálculo

17. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) Gerenciamento de riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Aos Administradores e Acionistas da Chimarrão Transmissora de Energia S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Chimarrão Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da ad-

oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

31/12/2021 31/12/2020
Ativos financeiros
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)
Contas bancárias vinculadas (Nota 5.1)
Concessionárias e permissionárias (Nota 6)
Ativo de contrato (Nota 7)

Caixa e equivalentes de caixa—Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. Ativo de Contrato—A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Consórcio de Garantia—CCG e ii) Carta de Fiança Bancária—CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociação de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. ii) Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros—refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador
31/12/2021 31/12/2020
Aplicações financeiras
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)
Passivos financeiros
Financiamento (TJLP)

Riscos de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2021. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Fluxo de caixas contratuais
Valor contábil Até 12 meses Entre 2 e 3 anos Acima de 3 anos
Fornecedores
Financiamentos
Total

Fornecedores
Financiamentos
Total

Diretor Financeiro: Rogério Diniz de Oliveira; Contadora: Cássia de Paula Santos – CRC RJ 114984-O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

ministração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria

b) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros
Bancos
Aplicações financeiras
Concessionárias e permissionárias
Passivos financeiros
Fornecedores
Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. Classificações contábeis e valores justos: No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa equivalentes de caixa—contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Concessionárias e permissionárias—Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. • Fornecedores—Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. • Empréstimos e financiamentos—Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c) Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1—Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2—Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3—Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

31/12/2021
Descritivo Nível 1 Nível 2 Nível 3 Total
Aplicações financeiras
Total
31/12/2020
Descritivo Nível 1 Nível 2 Nível 3 Total
Aplicação financeira
Total

18. Seguros: A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2020 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos Data Vigência Importância Seguradora (R\$ mil) Prêmio (R\$ mil)
Risco de Engenharia 02/03/2020 a 30/09/2022 127.161 43
Responsabilidade Civil Geral 02/03/2020 a 30/09/2022 127.161 17
Riscos Operacionais 20/08/2021 a 20/08/2022 1.467.141 707

19. Contingências: A Companhia é parte em demandas cíveis e trabalhistas em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda. E processos judiciais com prognósticos de perda possível imateriais. No ano de 2021 a Companhia era parte em processos Cíveis e Trabalhistas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível num montante de R\$ 859 (R\$ 88 em 2020). A principal causa refere-se a reclamação trabalhista 0020176-24.2021.5.04.081 para cobrança de dano moral e material e responsabilização subsidiária de Chimarrão no montante de R\$ 626.

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Avaliamos a adequação da apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 18 de abril de 2022. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6 Ricardo Gomes Leite - Contador - CRC-1RJ107146/O-1